

# Sumário

## **CAPÍTULO 1 ► Poder geral de adoção de medidas coercitivas e sub-rogatórias nas diferentes espécies de execução ..... 27**

*Eduardo Talamini*

1. Introdução .....	27
2. Tutela dos deveres de fazer e não fazer (execução fundada em “título judicial”).....	29
2.1. Eficácia mandamental dos provimentos fundados no art. 497 .....	29
2.2. A regra específica autorizadora de medidas atípicas.....	30
2.3. Medidas sub-rogatórias e medidas coercitivas atípicas .....	31
2.4. Parâmetros para a definição das medidas atípicas.....	31
2.5. Os limites da prisão civil.....	32
2.6. Medidas sub-rogatórias atípicas .....	33
2.7. A coexistência de mecanismos sub-rogatórios e coercitivos .....	36
3. Execução de obrigação de fazer ou não fazer fundada em título extrajudicial .....	37
3.1. Inexistência de provimento mandamental .....	37
3.2. Disciplina própria para a multa coercitiva.....	38
3.3. Medidas sub-rogatórias.....	38
3.4. Não cabimento de medidas coercitivas atípicas .....	39
3.5. Medidas atípicas na hipótese de concessão de tutela urgente na execução .....	39
4. Tutela para entrega de coisa .....	40
4.1. Irrelevância do art. 139, IV .....	40
4.2. O caráter subsidiário da incidência da multa e das medidas atípicas.....	40
4.3. Medidas sub-rogatórias atípicas – a medida atípica de intervenção judicial.....	41
4.4. A eficácia mandamental e o emprego de meios coercitivos: limites.....	43
4.5. A aplicação de multa e medidas sub-rogatórias e coercitivas atípicas na execução para a entrega de coisa fundada no título extrajudicial .....	44
5. Execução por quantia certa (título judicial e extrajudicial) .....	45
5.1. A divergência doutrinária .....	46
5.2. Os fundamentos para a diversidade de modelos de tutela .....	47
5.3. Devedor sem patrimônio para responder pela dívida .....	48
5.4. Devedor com dinheiro em espécie suficiente para responder pela dívida.....	48
5.5. Devedor solvente, mas sem liquidez .....	49
5.5.1. Medidas coercitivas típicas na execução por quantia certa .....	49

5.5.2. Os juros (coerção pecuniária periódica) – o paradoxo da multa.....	50
5.5.3. As modalidades expropriatórias executivas – Suficiência dos meios sub-rogoratórios.....	50
5.6. O campo de incidência das medidas atípicas: dever de colaboração e não obstrução da justiça; preservação patrimonial.....	51
5.7. Ordem do juiz e medidas atípicas .....	52
5.8. Tutela antecipada urgente na execução .....	53
5.9. Execução de alimentos .....	53
5.10. Breve nota comparativa .....	54
6. Pra não dizer que não falei das medidas indutivas .....	57
7. Conclusão.....	59
8. Referências bibliográficas .....	62

**CAPÍTULO 2 ► Uma justificativa às medidas executivas atípicas – da vedação ao *non factibile*..... 69**

*Marcos Youji Minami*

1. Introdução .....	69
2. Sobre o <i>non liquet</i> .....	70
3. Da vedação ao <i>non factibile</i> , uma consequência lógica da vedação ao <i>non liquet</i> ..	71
4. Causas do <i>non factibile</i> .....	73
5. Soluções para o <i>non factibile</i> .....	78
6. Breve panorama sobre os meios executivos no Brasil .....	79
7. Da generalização da atipicidade no atual Código de Processo Civil .....	82
8. Conclusões: o que não significam a vedação ao <i>non factibile</i> e a atipicidade dos meios executivos .....	87
9. Referências .....	89

**CAPÍTULO 3 ► O que fazer quando o executado é um cafajeste? Apreensão de passaporte? Da carteira de motorista?..... 93**

*Marcelo Abelha Rodrigues*

Referências Bibliográficas .....	109
----------------------------------	-----

**CAPÍTULO 4 ► A utilização da prisão civil como meio executório atípico.....111**

*Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão*

1. Introdução .....	111
2. A atipicidade dos meios executórios.....	112
3. Interpretação da limitação constitucional ao cabimento da prisão civil.....	115
4. A insuficiência do caráter coercitivo da prisão criminal para os fins da execução cível .....	119
5. Requisitos para a utilização da prisão civil como meio executório atípico .....	121

6. Conclusão.....	125
7. Referências .....	126

**CAPÍTULO 5 ► Cabimento e adequação dos meios executórios  
“atípicos”..... 129**

*Araken de Assis*

1. Introdução .....	129
2. Formação do processo, relação processual e mérito.....	131
3. Força e efeitos da pretensão processual e da sentença.....	133
4. Cumprimento da regra jurídica concreta.....	135
5. Meios executórios: execução direta e indireta .....	138
6. Meios executórios “atípicos” e sua constitucionalidade .....	145
7. Conclusão.....	149
8. Bibliografia.....	149

**CAPÍTULO 6 ► Das medidas atípicas de coerção contra o Poder  
Público: aplicabilidade e limites ..... 153**

*Marco Aurélio Ventura Peixoto, Patrícia de Almeida Montalvão Soares e  
Renata Cortez Vieira Peixoto*

1. Introdução .....	153
2. Contextualização normativa: breves considerações .....	154
3. Dos meios indutivos, coercitivos, mandamentais ou sub-rogoratórios para assegurar o cumprimento de ordem judicial .....	157
4. Da aplicabilidade e dos limites das medidas atípicas contra o Poder Público.....	161
4.1. Do regime diferenciado para o cumprimento de obrigações por parte da Fazenda Pública .....	161
4.2. Das potenciais medidas atípicas contra a Fazenda Pública e seus respectivos limites.....	165
4.2.1. Penhora sobre bens públicos.....	166
4.2.2. Prisão de agentes públicos .....	167
4.2.3. Suspensão e cancelamento de eventos públicos .....	172
4.2.4. Bloqueio ou sequestro de verbas públicas .....	172
4.2.5. Bloqueio do recebimento de créditos de outros entes ou de particulares.....	173
4.2.6. Suspensão do fornecimento de energia elétrica de órgãos públicos .	174
4.2.7. Bloqueio de cartões corporativos utilizados por agentes públicos.....	174
4.2.8. Suspensão do pagamento dos vencimentos dos agentes públicos.....	175
5. Considerações finais .....	175
6. Referências Bibliográficas.....	177

**CAPÍTULO 7 ► Medidas executivas atípicas: um breve diálogo com as *injunctions* na legislação dos estados da Califórnia e Nova Iorque ..... 179**

*Fábio Pereira Flores e Pedro Bentes Pinheiro Neto*

1. Nota introdutória. Medo: um mal necessário para a submissão do jurisdicionado à norma legal? ..... 179
2. Os novos superpoderes do magistrado. Com ou sem limites? ..... 181
3. As *injunctions* e o direito comparado. A diferença entre *injunctions* e mandado de injunção brasileiro ..... 184
4. Os tipos de *injunctions* e suas classificações ..... 185
5. As *structural injunctions* e a flexibilização normativa para alcance da efetividade ..... 187
6. O desrespeito ao tribunal: *contempt of court*. Uma saída alternativa ..... 189
7. Exemplos de *injunctions* no Estado da Califórnia ..... 191
8. Exemplos de *injunctions* no Estado de Nova Iorque ..... 198

**CAPÍTULO 8 ► As medidas executivas atípicas contra o condômino inadimplente ..... 205**

*Leonardo de Faria Beraldo*

1. Introdução ..... 205
2. O condomínio edilício no direito civil ..... 206
3. O direito de propriedade ..... 209
4. Da limitação de direitos em face do condômino inadimplente ..... 212
  - 4.1. Proibição de acesso à área comum ..... 217
  - 4.2. Proibição de atendimento pelos empregados condominiais ..... 220
  - 4.3. Desprogramação dos elevadores ..... 221
  - 4.4. Corte de água ..... 223
  - 4.5. Corte de gás ..... 225
  - 4.6. Corte de TV a cabo ..... 226
  - 4.7. Corte de água quente ..... 227
  - 4.8. Proibição do uso de vagas de garagem ..... 228
  - 4.9. Outras medidas eficazes em prol do condomínio ..... 229
  - 4.10. Observação quanto ao possuidor ..... 229
  - 4.11. A prática e a eficácia dessas medidas ..... 229
  - 4.12. Conclusões ..... 230
5. O art. 139, IV, do Código de Processo Civil e a sua aplicabilidade ao condômino inadimplente ..... 231
6. O processo de execução e o mínimo existencial ..... 238
7. Referências bibliográficas ..... 240

**CAPÍTULO 9 ► Atipicidade dos meios executivos – coadjuvante com ares de estrela principal –, o art. 139, IV, CPC e o resguardo ao escopo social do processo ..... 243**

*Marcelo Miranda Caetano*

Bibliografia ..... 252

**CAPÍTULO 10 ► O princípio da patrimonialidade da execução e os meios executivos atípicos: lendo o art. 139, IV, do CPC ..... 255**

*Alexandre Freitas Câmara*

1. Introdução ..... 255
2. O art. 139, IV, do CPC e a atipicidade dos meios executivos..... 256
3. O princípio da patrimonialidade da execução ..... 259
4. Lendo o art. 139, IV, do CPC ..... 260
5. Conclusão..... 263

**CAPÍTULO 11 ► Dos poderes do juiz na execução por quantia certa: da utilização das medidas inominadas ..... 265**

*Guilherme Sarri Carreira e Vinicius Caldas da Gama e Abreu*

1. Introdução ..... 265
2. Da atipicidade dos meios executivos e o princípio da adequação..... 266
3. Das medidas indutivas, coercitivas, mandamentais e sub-rogatórias e a ausência do caráter punitivo ..... 267
4. A subsidiariedade como requisito para a aplicação das medidas inominadas..... 270
5. Da impossibilidade de aplicação das medidas atípicas no caso de ausência de bens penhoráveis ..... 272
6. A hipótese do “devedor ostentação” ..... 274
7. A adequação e a necessidade na utilização das medidas inominadas ..... 275
8. A importância do caso concreto na análise das medidas inominadas e a possibilidade de restrição de direitos fundamentais..... 276
9. A importância do contraditório substancial, os limites na concessão de medidas atípicas *ex officio* e o dever de motivação..... 277
10. Análise de algumas medidas inominadas ..... 280
  - 10.1. Prisão civil..... 280
  - 10.2. Suspensão da CNH ..... 280
  - 10.3. Restrição de passaporte ..... 284
  - 10.4. Suspensão do CPF ou do CNPJ ..... 286
  - 10.5. Cancelamento de cartão de crédito..... 287
  - 10.6. Bloqueio de página na internet ..... 288
  - 10.7. Privação do sono ..... 288
  - 10.8. Sanções premiais..... 289

10.9. Medidas típicas que dependem de requerimento.....	290
10.10. Multa como medida atípica no cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial .....	290
10.11. Restrição de utilização de áreas comuns em dívidas condominiais.....	291
10.12. Juros progressivos .....	292
10.13. Intervenção judicial na empresa.....	292
10.14. Aviso nas redes sociais e no site do devedor.....	293
11. Conclusão .....	295
12. Referências Bibliográficas .....	295

**CAPÍTULO 12 ► Execução de alimentos legítimos, indenizatórios e decorrentes de verba honorária sucumbencial e contratual, sob a perspectiva da atipicidade dos meios executivos (art. 139, inciso IV – CPC/2015) – uma proposta de sistematização ..... 299**

*Rafael Caselli Pereira*

1. Introdução .....	299
2. A natureza jurídica dos alimentos legítimos, indenizatórios e dos honorários advocatícios sucumbenciais e contratuais.....	301
3. Uma análise da aplicação da cláusula geral de efetivação após 02 anos de vigência do CPC/2015, a partir dos meios executivos e à luz da jurisprudência....	312
4. Considerações finais .....	325
5. Referências .....	326

**CAPÍTULO 13 ► Diretrizes para a concretização das cláusulas gerais executivas dos arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC..... 329**

*Freddie Didier Jr., Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira*

1. Introdução .....	330
2. A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e standards para a compreensão do tema.....	331
2.1. Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC.....	331
2.2. Cláusulas gerais processuais executivas.....	332
2.3. Âmbito de incidência dos comandos normativos.....	335
2.4. Abrangência subjetiva dos comandos normativos .....	338
2.5. Critérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução .....	340

2.6.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório.....	346
2.7.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício .....	347
2.8.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária.....	349
2.9.	Proibição de o juiz impor, <i>ex officio</i> , como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte .....	351
2.10.	Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo .....	352
2.11.	A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais .....	352
2.12.	A prisão civil como medida atípica .....	354
2.13.	A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono .....	359
2.14.	Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais .....	360
2.15.	Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador .....	363
2.16.	Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso <i>WhatsApp</i> .....	365
3.	Síntese das diretrizes ( <i>standards</i> ) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	366

## **CAPÍTULO 14 ► A (im)possibilidade de suspensão de CNH como medida executiva atípica..... 369**

*Gabriela Expósito e Sara Imbassahy Levita*

1.	Introdução .....	369
2.	Cláusulas Gerais Processuais Executivas.....	370
2.1.	As cláusulas gerais executivas: artigos 139, IV, 297 e 536, § 1º, do CPC.....	371
3.	Critérios para utilização da execução atípica: análise doutrinária .....	373
4.	Os tribunais brasileiros e a execução atípica: análise jurisprudencial.....	376
5.	A (im)possibilidade de suspensão da CNH como medida atípica de execução .....	381
5.1.	A violação ao direito de ir e vir .....	383
5.2.	Violação ao princípio da proteção ao executado .....	386
6.	Conclusões .....	389
7.	Referências Bibliográficas.....	389

**CAPÍTULO 15 ► Poder geral de efetivação: em defesa da constitucionalidade da técnica de execução dos direitos do art. 139, IV do Código de Processo Civil..... 391**

*Gabriela Macedo Ferreira*

1. Introdução .....	391
2. O problema da falta de eficácia das decisões condenatórias: o “calcanhar de aquiles” do processo judicial .....	392
3. O art. 139, IV: “a revolução silenciosa” do CPC .....	395
4. A constitucionalidade do art. 139, IV, do NCPC: o direito fundamental à execução .....	397
5. Mecanismos de controle ao poder geral de efetivação do juiz .....	403
6. Dialogando com os argumentos contrários à constitucionalidade do art. 139, IV, NCPC: a posição de Lenio Streck e Guilherme Pupe da Nobrega e a preocupação com os poderes do magistrado .....	405
7. As primeiras manifestações jurisprudenciais sobre o art. 139, IV, do CPC.....	408
8. Conclusão.....	411
9. Bibliografia.....	412

**CAPÍTULO 16 ► Coações indiretas na execução pecuniária ..... 415**

*Leonardo Greco*

1. Antecedentes e estado da arte .....	415
2. A doutrina brasileira anterior ao Código de 2015.....	422
3. A doutrina brasileira após o Código de 2015 .....	425
4. Tentativa de equacionamento da questão .....	430

**CAPÍTULO 17 ► Medidas judiciais e ambiente digital..... 441**

*Maria Gabriela Grings*

1. Introdução .....	441
2. O desenvolvimento da tutela específica.....	442
2.1. As obrigações de fazer e não fazer no Código de 1973 e na nova legislação .....	445
3. Internet .....	447
3.1. Aspectos Introdutórios .....	447
3.2. As diversas modalidades de provedores e as possibilidades de bloqueio/remoção de conteúdos.....	449
4. Abordagem legislativa .....	455
4.1. A perspectiva americana e europeia.....	455
4.2. O Marco Civil da Internet: avanços, retrocessos e aplicabilidade .....	458
4.3. O caso WhatsApp.....	461
5. Conclusão.....	464

6. Referências bibliográficas .....	467
-------------------------------------	-----

**CAPÍTULO 18 ► Atipicidade dos meios executivos: da sanha sancionatória à violação de preceitos garantidores do Estado Democrático de Direito.....469**

*Luciano Henrik Silveira Vieira*

1. O devido processo legal como um dos pilares da democracia.....	469
2. O devido processo legal e o CPC/2015 .....	472
3. Decisões fundadas em pragmatismo ou convencionalismo DEIXAM DE atender a integridade e a coerência do Direito .....	473
4. As técnicas executivas previstas na legislação processual .....	475
5. Atipicidade dos meios executivos.....	477
5.1. Interpretações açodadas emanadas do STJ.....	485
6. Notas conclusivas .....	489
7. Referências bibliográficas .....	491

**CAPÍTULO 19 ► A concessão de medidas atípicas de efetividade de ordem judicial e o necessário diálogo com as normas fundamentais do CPC/2015..... 493**

*Vinicius Silva Lemos*

1. Introdução .....	493
2. A efetividade da execução de quantia certa.....	494
2.1. As medidas típicas de restrição patrimoniais .....	496
2.2. A ineficácia dos meios expropriatórios e as medidas típicas alternativas ..	497
3. O art. 139, IV, e a nova concepção de efetividade da ordem judicial .....	498
3.1. A necessidade de visualização da atipicidade como incremento para a responsabilidade patrimonial.....	500
4. O diálogo das medidas atípicas com as normas fundamentais do CPC/2015 .....	501
4.1. A relação com a boa-fé e cooperação processual com as medidas atípicas.....	503
4.2. A relação com o princípio da primazia de mérito ou da efetividade da atividade satisfativa .....	507
4.3. A importância do contraditório para a concessão das medidas atípicas ....	509
4.4. A importância do relatório da execução e a fundamentação analítica para a concessão da medida atípica.....	512
5. Considerações finais .....	516
6. Referências bibliográficas .....	516

**CAPÍTULO 20 ► A cláusula geral de efetivação e as medidas indutivas no CPC/15..... 519**

*Rodrigo Reis Mazzei e Marcelo da Rocha Rosado*

1. Introdução .....	519
2. O direito fundamental à tutela jurisdicional e os poderes de efetivação do juiz... ..	521
3. O poder-dever de efetivação e a cláusula geral do art. 139, IV, do CPC/15 .....	525
4. Função promocional do Direito e sanção premial .....	530
5. As medidas indutivas no processo civil .....	533
6. Breve conclusão.....	541
7. Referências bibliográficas .....	541

**CAPÍTULO 21 ► Cooperação judicial e poderes do juiz na execução..... 545**

*Edilton Meireles*

1. Introdução .....	545
2. Da cooperação nacional.....	546
2.1. Dos órgãos cooperantes e da sua formalização .....	547
2.2. Do objeto e dos atos de cooperação .....	549
2.3. Do auxílio direto .....	550
2.4. Da reunião ou apensamento de processo e da centralização de processos repetitivos .....	553
2.5. Prestação de informações.....	560
2.6. Atos concertados entre os juízes cooperantes.....	561
2.7. Prática de citação, intimação ou notificação de ato .....	561
2.8. Obtenção e apresentação de provas e a coleta de depoimentos .....	564
2.9. Efetivação de tutela provisória, de medidas e providências para recuperação e preservação de empresas e para facilitação de habilitação de créditos na falência e na recuperação judicial .....	565
2.10. Execução de decisão jurisdicional.....	567
3. Dos poderes do juiz .....	568
3.1. Atividade substitutiva .....	568
3.2. Medidas sub-rogatórias.....	570
3.3. Medidas coercitivas.....	571
3.4. Medidas mandamentais .....	576
3.5. Medidas indutivas.....	578
3.6. Prestação pecuniária .....	581
4. Poderes na execução .....	582
4.1. Protesto judicial e cadastro de devedores.....	584
5. Conclusão.....	585
6. Referências .....	585

**CAPÍTULO 22 ► Multa e medidas atípicas no mandado de segurança: um tema com variações..... 587**

*José Henrique Mouta Araújo*

1. Introdução .....	587
2. A multa por desobediência de ordem judicial no MS – limitação e exequibilidade .....	588
3. Outras medidas atípicas – cabimento no mandado de segurança .....	592
4. A pena pecuniária e outras medidas atípicas por descumprimento de ordem judicial no mandado de segurança: a quem devem ser dirigidas? .....	596

## **CAPÍTULO 23 ► As novas tendências da atuação judicial..... 605**

*Trícia Navarro Xavier Cabral*

1. O processo civil contemporâneo.....	605
2. Os poderes do juiz e as reformas processuais .....	608
3. Governança judicial .....	610
4. Aspectos controvertidos do art. 139, do CPC/15.....	612
5. O dever de fundamentação do juiz .....	617
6. Conclusão.....	618
7. Referências bibliográficas .....	619

## **CAPÍTULO 24 ► Medidas executivas coercitivas atípicas na execução de obrigação de pagar quantia certa – art. 139, IV, do novo CPC..... 623**

*Daniel Amorim Assumpção Neves*

1. Introdução .....	623
2. Cumprimento de ordem judicial .....	624
3. Princípio da atipicidade dos meios executivos .....	625
4. Possibilidade de restrição de direitos do executado .....	627
5. Princípio da patrimonialidade .....	628
6. Medidas executivas podem afetar a pessoa do devedor ou apenas seu patrimônio?.....	630
7. Medidas executivas coercitivas e sanção.....	633
8. Requisitos para a adoção de medidas coercitivas atípicas na execução de pagar quantia certa.....	638
8.1. Ineficácia do procedimento típico da execução da obrigação de pagar quantia certa.....	638
8.2. Medida executiva não pode ter natureza sancionatória .....	641
9. Princípios da proporcionalidade e da razoabilidade .....	644
10. Astreintes.....	650
11. Desnecessária correlação .....	652
12. Cumulação de diferentes medidas coercitivas.....	655
13. Execução de obrigação alimentar .....	656
14. Procedimento .....	659

**CAPÍTULO 25 ► O interesse público seria limite à aplicabilidade do art. 139, IV, do CPC, às execuções em face da Fazenda Pública? ..... 663**

*Janaina Soares Noletto Castelo Branco e Lara Dourado Mapurunga Pereira*

1. Introdução ..... 663
2. Execução em face da Fazenda Pública: panorama geral e princípios norteadores..... 665
3. A regra do art. 139, IV, e sua (in)aplicabilidade às execuções em face da Fazenda Pública ..... 668
4. Considerações finais ..... 672
5. Referências bibliográficas ..... 672

**CAPÍTULO 26 ► Por uma teoria das medidas executivas atípicas – limites para a concessão ..... 675**

*Fernanda Pagotto Gomes Pitta*

1. Introdução ..... 675
2. Breves considerações sobre atipicidade das medidas executivas e o Novo Código de Processo Civil ..... 676
  - 2.1. Análise comparativa entre o Código de 1973 e o Código de 2015 ..... 680
3. Aplicação prática do art. 139, inciso IV, do Código de Processo Civil – Do primeiro caso de aplicação..... 681
4. Por uma teoria das medidas executivas atípicas..... 682
  - 4.1. Princípio da tipicidade dos meios executivos – limite principiológico..... 683
  - 4.2. Deveres do juiz – limite funcional ..... 685
  - 4.3. Partes – limites subjetivos ..... 687
  - 4.4. Direito material – limite objetivo..... 688
5. Conclusão..... 696
6. Referências bibliográficas ..... 697

**CAPÍTULO 27 ► Medidas indutivas nominadas: o cuidado com o fator shylockiano do art. 139, IV, CPC..... 699**

*Bruno Campos Silva; Diego Crevelin de Sousa e Jorge Bheron Rocha*

1. Considerações Iniciais ..... 699
2. O caso analisado ..... 701
3. Análise das decisões proferidas ..... 702
4. A contumácia do executado ..... 703
5. Necessidade e adequação das medidas ..... 704
6. Aceitação dos limites da responsabilidade patrimonial ..... 709

**CAPÍTULO 28 ► O necessário diálogo entre doutrina e jurisprudência na concretização do NCPC, art. 139, inc. IV (atipicidade dos meios executivos).....713**

*Thiago Rodovalho*

1. À guisa de introdução: o papel da doutrina e da jurisprudência na concretização dos conceitos indeterminados ..... 713
2. Pressupostos ou premissas para a possibilidade de aplicação do NCPC, art. 139, IV..... 717
3. Os limites na aplicação do NCPC, art. 139, IV..... 719
4. A análise do caso concreto ..... 721
5. Conclusão..... 725
6. Referências bibliográficas ..... 725

**CAPÍTULO 29 ► Em busca dos limites para os meios executivos atípicos: até onde pode ir o art. 139, IV, do CPC/2015? ..... 729**

*Andre Vasconcelos Roque*

1. Introdução ..... 729
2. Tutela executiva atípica: regra ou exceção? ..... 731
3. Limites da tutela executiva atípica ..... 733
4. Os meios atípicos na execução fundada em título extrajudicial..... 741
5. Outras consequências extraídas da atipicidade da tutela executiva ..... 743
6. Síntese das conclusões..... 746
7. Referências bibliográficas ..... 747

**CAPÍTULO 30 ► Atipicidade executiva e créditos trabalhistas: dessacralização do princípio dispositivo e instrumentos de gestão processual cooperativa .....749**

*Leonardo Valverde Susart dos Santos*

1. Introdução ..... 749
2. O princípio dispositivo e sua dessacralização..... 751
3. A natureza alimentar da prestação laboral e a desigualdade nas relações de direito material e processual do trabalho..... 756
4. Instrumentos de gestão cooperativa do processo do trabalho para a fase de execução..... 762
5. Conclusões ..... 767
6. Referências bibliográficas ..... 768

**Capítulo 31 ► Medidas coercitivas e proporcionalidade: o caso  
WhatsApp .....771**

*Eduardo Talamini*

1. Introdução .....	771
2. Meios processuais de coerção.....	773
3. A atual relevância das medidas coercitivas .....	774
4. O poder do juiz para determinar medidas coercitivas.....	774
5. Os limites da medida coercitiva – A proporcionalidade.....	775
6. A <i>ratio</i> dos enunciados do STF sobre cobrança administrativa indireta .....	776
7. O caráter pragmático da medida coercitiva .....	777
8. O bloqueio como sanção punitiva: inaplicabilidade ao caso.....	779
9. Desproporção axiológica e exorbitância subjetiva.....	780
10. Nada de tudo ou nada.....	783
11. O contraditório e a eficácia <i>ultra partes</i> .....	783
12. A (in)eficiência da medida .....	784
13. O que poderia ter sido feito.....	785
13.1. Coerção patrimonial: da virtualidade à concreção.....	785
13.1.1. A legitimidade da constrição patrimonial imediata .....	787
13.1.2. A competência para a constrição patrimonial imediata .....	789
13.2. Cominação da multa à pessoa do administrador da empresa.....	790
13.3. A coerção mediante propaganda: a opinião pública como aliada .....	791
14. Terceiros reféns.....	792
15. Conclusão.....	794

**CAPÍTULO 32 ► A jurisdição sob o prisma da tutela efetiva dos direitos  
e sua relação com a atipicidade dos meios executivos..... 797**

*Luiz Carlos Souza Vasconcelos*

1. Introdução .....	797
2. Evolução conceitual da jurisdição e seus caracteres.....	798
3. O neoconstitucionalismo e o direito fundamental à tutela jurisdicional.....	807
4. A atipicidade dos meios executivos no CPC/2015.....	811
5. Conclusão.....	815
6. Referências bibliográficas .....	816

**CAPÍTULO 33 ► Atipicidade dos meios de execução no processo  
coletivo e estrutural: em busca de resultados sociais  
significativos ..... 819**

*Edilson Vitorelli*

1. Introdução .....	819
---------------------	-----

2.	Da tipicidade à atipicidade: o histórico das obrigações de fazer, não fazer e dar coisa .....	820
3.	A tipicidade das obrigações de pagar e o movimento incompleto da execução ..	821
4.	Execução coletiva de obrigações de fazer e não fazer: desafios.....	825
4.1.	Limitações à multa cominatória ligadas à técnica processual .....	825
4.2.	Soluções para os problemas apontados .....	828
4.3.	Limitações ligadas à reforma estrutural .....	831
4.4.	Propostas para as obrigações de fazer ligadas aos litígios estruturais .....	833
4.5.	A insuficiência da legislação projetada brasileira em relação aos litígios irradiados e estruturais.....	838
5.	Problemas relativos à execução coletiva de prestação pecuniária .....	839
5.1.	Propostas para a execução coletiva pecuniária: <i>price-rollback cy-près</i> .....	840
5.2.	Eficácia mandamental dos provimentos condenatórios.....	842
5.3.	Execução coletiva em favor dos indivíduos: o incompreendido art. 98 do CDC.....	845
6.	Conclusão.....	848
7.	Referências bibliográficas .....	848

## **Capítulo 34 ► O poder geral de efetivação: instrumentos e matérias para defesa do executado..... 851**

*Luiz Henrique Volpe Camargo*

1.	Introdução .....	851
2.	Aspectos gerais.....	855
3.	A defesa do executado .....	856
3.1.	A impugnação ao cumprimento de sentença.....	857
3.2.	A exceção de pré-executividade .....	859
3.3.	Dos embargos à execução.....	861
3.4.	Da inadequação desses tradicionais meios para que o executado se contraponha à imposição de medidas executivas atípicas.....	862
3.5.	A manifestação sobre o pedido fundado no inc. IV do art. 139.....	862
3.6.	Agravo de instrumento .....	865
3.6.1.	Primeira diretriz: impossibilidade de emprego do art. 139, IV, do CPC para punir o executado.....	866
3.6.2.	Segunda diretriz: não esgotamento de medidas típicas .....	868
3.6.3.	Terceira diretriz: não demonstração de indícios de ocultação de bens .....	871
3.6.4.	Quarta diretriz: ferimento ao núcleo essencial de direitos fundamentais .....	872
3.6.5.	Quinta diretriz: direito à substituição de uma medida atípica por uma medida típica e vedação de abuso de direito processual.....	874

3.6.6. Sexta diretriz: da preferencial correlação entre a medida determinada e o objeto da execução.....	876
3.7. Habeas corpus .....	877
4. O possível emprego do poder previsto no inc. IV do art. 139 do CPC/2015 .....	879
5. Encerramento .....	881
6. Bibliografia.....	882

**CAPÍTULO 35 ► O controle intersubjetivo da decisão que adota meios atípicos: segurança no procedimento e a partir do caso concreto ..... 885**

*Hermes Zaneti Jr.*

1. A necessária compreensão dos meios executivos atípicos à luz de uma proposta para a teoria da decisão judicial: segurança no procedimento e a partir do caso concreto.....	885
2. Execução atípica: medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias para assegurar o cumprimento da ordem de pagar quantia certa ou de outras ordens judiciais no curso do processo de execução .....	888
3. Execução e teoria da decisão judicial: primeiras notas.....	892
4. A Justificação Interna e Externa de Cumulação de Astreintes em uma Execução Extrajudicial de Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental .....	896
5. Conclusão.....	900
6. Referências bibliográficas .....	901

**CAPÍTULO 36 ► A penhora e a sua função neutralizadora ao art. 139, IV, do CPC e as medidas atípicas..... 905**

*Vinicius Silva Lemos*

1. Introdução .....	905
2. A penhora no tempo e no CPC/2015 .....	906
2.1. As novas espécies de penhora .....	909
3. O art. 139, IV, e a nova concepção de efetividade da ordem judicial .....	911
3.1. A necessidade de visualização da atipicidade como incremento para a responsabilidade patrimonial.....	913
3.2. A relação da concessão das medidas atípicas com as normas fundamentais do CPC/2015 .....	915
4. A relação da penhora com o art. 139, IV: a necessidade de sistematização .....	918
4.1. Há uma hierarquia de pedidos para alcançar as medidas atípicas?.....	918
4.2. A concomitância dos pedidos – penhora e medidas atípicas – como evento excepcional.....	920
5. O efeito neutralizador da penhora positiva para as medidas atípicas.....	921
5.1. A penhora e o efeito processual: a individualização do bem à execução... ..	922
5.2. A penhora realizada e a impossibilidade de concessão de medidas atípicas..	923

5.3. O deferimento conjunto das medidas – penhora e atípicas – e o efeito de eventual penhora positiva.....	924
5.4. A concessão de medidas atípicas e o oferecimento de bens a penhora.....	925
6. Considerações conclusivas.....	926
7. Referências bibliográficas .....	927

**capítulo 37 ► Manifestação do Instituto Brasileiro de Direito Processual – IBDP, no tema 1137 dos recursos repetitivos do Superior Tribunal de Justiça..... 931**

*Cassio Scarpinella Bueno, Clarisse Frechiani Lara Leite, Leonardo Carneiro da Cunha, Marcelo Mazzola, Marcos Minami e Rodrigo Fux*

I. Tema afetado.....	932
II. Preliminarmente – a representatividade adequada do IBDP para ingresso como <i>amicus curiae</i> .....	932
III. Dos casos afetados à segunda seção desse colendo STJ.....	934
3.1. Identificação inicial .....	934
3.2. Algumas informações sobre o caso do REsp 1.955.539/SP .....	934
3.3. Algumas informações sobre o caso do REsp 1.955.574/SP .....	935
3.4. Suma sobre os casos selecionados como representativos da controvérsia	936
IV. Dos fundamentos adotados pelo egrégio TJSP .....	937
V. 1ª questão de ordem: possível conflito com a decisão a ser proferida na ADI n. 5.941.....	938
VI. 2ª questão de ordem: matéria processual afeta à 1ª e 2ª seções desse STJ.....	939
VII. 3ª questão de ordem. A importância de se construir o precedente à luz do caso concreto e o risco de impedir o amadurecimento da discussão mediante a fixação de tese abstrata, que inviabilize o exame de novos recursos especiais.....	941
VIII. 4ª questão de ordem. Os casos selecionados não representam, de forma profunda e abrangente, a discussão quanto à questão de direito.....	942
IX. Recorte doutrinário sobre os tipos de meios executivos em debate .....	943
X. Visão do STJ acerca da admissibilidade, em tese, das medidas executivas atípicas em discussão: suspensão de passaporte e CNH e bloqueio de cartões de crédito.....	945
XI. Critérios gerais assentados pela jurisprudência do STJ para avaliar a legitimidade da adoção de medidas atípicas, em concreto.....	947
XII. A recente discussão quanto à sensível questão da dimensão temporal da medida atípica e, por decorrência, do ônus probatório quanto à manutenção do preenchimento dos parâmetros gerais que a legitimam .....	949
XIII. Visão da doutrina e contribuição do IBDP quanto a critérios relevantes a serem considerados na aplicação das medidas executivas atípicas .....	950
XIV. Dos pedidos.....	954

**CAPÍTULO 38 ► Risco da execução e direitos fundamentais do credor: a proteção do exequente na escolha das medidas executivas atípicas..... 957**

*Guilherme Cavalcanti Lamêgo*

1. Introdução .....	957
2. Processo de execução como uma atividade danosa .....	958
3. Responsabilidade objetiva do exequente na execução definitiva .....	959
4. Responsabilidade objetiva do exequente no cumprimento provisório de sentença e na efetivação de tutela provisória .....	963
5. Responsabilidade subjetiva do exequente.....	964
6. Cláusula geral executiva e poderes do Juiz.....	965
7. O risco da atividade executiva.....	966
8. Direito fundamental do credor à execução civil e limitação do poder do juiz na determinação das medidas executivas atípicas .....	968
9. O direito do exequente de declinar a medida executiva aplicada pelo juiz .....	971
10. Conclusão.....	973
Referências .....	974

**CAPÍTULO 39 ► Da inexistência de hierarquia entre medidas típicas e atípicas e a desnecessidade de esgotamento ou ineficácia das medidas típicas para aplicação de medidas atípicas..... 977**

*Marcos Paulo Pereira Gomes*

1. Introdução .....	977
2. Uma análise sobre a existência de hierarquia entre medidas típicas e atípicas ..	978
3. Possibilidade de aplicação <i>prima facie</i> das medidas executivas atípicas.....	983
4. Possibilidade de aplicação das medidas executivas atípicas na execução de alimentos .....	989
5. Aspectos conclusivos .....	996
6. Referências .....	997

**CAPÍTULO 40 ► Tutela atípica de prestações pecuniárias. Por que ainda aceitar o “é ruim, mas eu gosto”?..... 999**

*Sérgio Cruz Arenhart*

1. A garantia da efetividade da prestação jurisdicional e a imposição constitucional de meios adequados para a tutela dos direitos.....	999
2. A importância da visão pan-processual para o correto dimensionamento dos poderes executivos .....	1001
3. O juiz-árbitro brasileiro. A interpretação correta do art. 139, IV, do CPC.....	1005

4. O art. 139, IV, CPC, deve ser excepcional?..... 1008  
 5. Esboçando alguma conclusão ..... 1018

**CAPÍTULO 41 ► Medidas atípicas executivas no CPC/2015 e a  
 necessidade de parâmetros mínimos para a aplicação ...1023**

*Vinicius Silva Lemos e Weverton Kelvin Silva Damacena*

Introdução .....	1023
1. Da responsabilidade patrimonial e a inefetividade das medidas típicas de execução.....	1025
1.1. Da responsabilidade patrimonial na execução .....	1025
1.2. As medidas típicas para a efetividade das obrigações .....	1026
1.3. A ineficácia histórica das medidas típicas na execução.....	1028
1.4. A necessidade de outra visão processual sobre a efetividade no CPC/2015 .....	1030
2. A escolha do CPC/2015 sobre efetividade das decisões judiciais: a ampliação das medidas atípicas para a execução .....	1031
2.1. Medidas atípicas e o CPC/2015 .....	1031
2.2. A dicotomia entre a efetividade e os direitos fundamentais do devedor .	1033
2.3. As decisões já existentes sobre medidas atípicas.....	1033
3. A estipulação de parâmetros mínimos para a concessão de medidas atípicas..	1037
3.1. Relação com as normas fundamentais .....	1037
3.2. Esgotamento das medidas típicas de execução .....	1040
3.3. A necessidade de pleito pela parte.....	1042
3.4. Diretrizes para a decisão judicial sobre a concessão de medidas atípicas	1042
4. Conclusão.....	1043
Referências.....	1044

**CAPÍTULO 42 ► Atipicidade executiva benéfica ao devedor ..... 1047**

*Marcos Youji Minami e Brenda Bezerra Teles*

Introdução .....	1047
1. A subsidiariedade como um dos critérios para aplicação de medidas executivas atípicas .....	1048
1.1. O enunciado nº 12 do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis.....	1048
1.2. Da aplicabilidade imediata de medidas executivas atípicas .....	1049
2. Da aplicabilidade imediata das medidas executivas atípicas na obrigação de prestar alimentos.....	1050
2.1. A obrigação de prestar alimentos no regime típico do CPC/15.....	1050
2.2. A aplicação imediata das medidas atípicas nas obrigações de prestar alimentos .....	1051
2.3. Problemas na alteração, de ofício, de meio executivo típico, por meio executivo atípico.....	1053

3. Conclusões .....	1054
Referências .....	1055

**CAPÍTULO 43 ► Medidas executivas atípicas cabem nos juizados especiais? .....1057**

*Marcos Youji Minami; Nadinne Sales Callou Esmeraldo Paes e Shayana Sarah Vieira de Andrade Mousinho*

1. Introdução .....	1057
2. A importância dos juizados especiais para além da celeridade e simplicidade .....	1058
3. Breves reflexões sobre a atividade executiva .....	1060
4. Meios executivos atípicos .....	1062
5. Oralidade .....	1062
6. Simplicidade e informalidade .....	1063
7. Economia processual e celeridade .....	1064
8. Solução conciliada .....	1066
9. Procedimento executivo da Lei 9.099/95 e medidas executivas atípicas.....	1066
Conclusões.....	1068
Referências.....	1069

**CAPÍTULO 44 ► Da releitura da prisão civil por inadimplemento do dever alimentar .....1071**

*Elton Venturi*

Introdução .....	1071
1. O sancionamento por atos atentatórios à dignidade da justiça.....	1073
2. A criminalização do descumprimento de provimentos judiciais .....	1075
3. Sobre a proposta de regulamentação da prisão processual por desacato às ordens judiciais .....	1077
4. A autorização constitucional do uso da prisão civil como meio coercitivo .....	1079
5. A releitura do fundamento constitucional da prisão civil: o dever de preservação da subsistência humana .....	1081
Referências bibliográficas .....	1086